

MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS - CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2017

RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR - PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: INSPETOR TRIBUTÁRIO

QUESTÃO: 33	GABARITO PRELIMINAR: D
<p><i>Conforme a Lei nº 5.172/1966, é de competência da União a incidência do imposto sobre produtos industrializados, o qual tem como fato gerador o(a):</i></p> <p><i>a) Restauração de sacos usados, executada por processo rudimentar, ainda que com emprego de máquinas de costura.</i></p> <p><i>b) Preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem de apresentação.</i></p> <p><i>c) Confecção ou preparo de produto de artesanato.</i></p> <p><i>d) A arrematação do produto industrializado, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.</i></p> <p><i>e) Moagem de café torrado, realizada por estabelecimento comercial varejista como atividade acessória.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no conteúdo: Publicações e legislações relacionadas com os conteúdos indicados. BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5172.htm

De acordo com o Código Tributário Nacional, tem-se que:

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:
[...]
III - a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Outrossim, conforme o Decreto nº 7.212/2010, que regula a incidência do IPI:

Art. 5º **Não se considera industrialização:**
[...]
XIII - a restauração de sacos usados, executada por processo rudimentar, ainda que com emprego de máquinas de costura;

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “d” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

CONCLUSÃO: RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 1º de março de 2018.

Objetiva Concursos Ltda.